

A Sociologia da Violência no Ceará, ontem e hoje: desafios e perspectivas

Francisco Thiago Vasconcelos

Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-3807-3187>
fvasconcelos@unilab.edu.br

Introdução¹

No Brasil, o surgimento de uma área de estudos e pesquisas sobre violência, criminalidade e segurança pública é produto do esforço de juristas críticos, cientistas sociais e pesquisadores ligados às ciências humanas de modo geral (historiadores, psicólogos, assistentes sociais...) a partir do processo de redemocratização, com diferentes agendas intelectuais e padrões de relação com a intervenção na sociedade (VASCONCELOS, 2014; 2017). Ela se formou como um desenvolvimento que partiu dos anos 1970 e 1980 [estudos considerados

¹ Gostaria de agradecer a César Barreira pela leitura crítica e sugestões à primeira versão do presente trabalho.

precursores e a criação dos primeiros fóruns de debate], passando pelos anos 1990 [consolidação dos principais grupos e linhas de investigação se consolidam] e se expandiu nos anos 2000 [diversificação regional e aumento de teses e dissertações] (LIMA, 2011). Centrais nesse processo foram as conexões com a construção da “violência urbana” como problema público, sobretudo em cenários de crises de segurança pública, que podem se tornar “janelas de oportunidade” ou entraves para inovações institucionais e projetos de reforma (VASCONCELOS, 2014).

A nossa pretensão é investigar como este processo se desenvolveu no Ceará, posto que, nas revisões bibliográficas sobre o campo de estudos aqui considerado, a produção do Ceará (do Nordeste como um todo) é pouco considerada, representada por alguns poucos grupos de pesquisa e temas. Isto contrasta com a crescente produção de teses, dissertações e a criação e diversificação de grupos de pesquisa nos últimos anos². Partimos da necessidade de um olhar mais detido sobre a produção cearense (base para conexões com produções de outros estados do Nordeste), para compreender o sentido específico das discussões deste contexto, quais os temas, escolas, conceitos e abordagens.

Tal pretensão é não um interesse acadêmico isolado de questões políticas e da resolução de problemas sociais. Ela nasce de uma preocupação com a falta de visibilidade desta produção e da necessidade de fomentar articulações entre centros de pesquisa, antigos e novos, para

² No primeiro estudo, o Nordeste aparece com 11,4% da produção nacional e o Laboratório de Estudos da Violência – LEV/UFC é destacado. No segundo, o Nordeste aparece com 12,8% da produção nacional. UFC, UFBA e UFPE são destacados. Em parte, o pouco destaque se deve aos critérios de escolha para a mensuração, que considera seja os bancos de teses e dissertações da CAPES, ressaltando a importância de apenas um dos grupos de pesquisa (LIMA, 2011) ou a produção de artigos *Qualis A1*, que reduz ainda mais a expressão dos estudos (CAMPOS; ALVAREZ, 2017). Tais critérios são justificáveis, contudo, eles acabam por reduzir a diversidade da produção local e ressaltando apenas aqueles pesquisadores que se conectam a redes hegemônicas de pesquisa, cuja centralidade encontra-se no Sudeste-Sul.

um enfrentamento teórico-político da transformação social do crime e das formas de gestão do Estado, ligados à nova condição do Nordeste e do Ceará como regiões mais violentas do país nos últimos anos (NÓBREGA JR., 2017). Apesar das ligações recorrentes entre pesquisadores, espaço público e mundo político neste contexto, pouco há de reflexão mais sistemática sobre a legitimação política dos atores acadêmicos e de sua *expertise* no diagnóstico dos problemas sociais, na avaliação de dados e de políticas públicas. Tal questão é de importância para discernir os diferentes perfis intelectuais e políticos, especialmente para as novas gerações de pesquisadores, e também, para o aumento do impacto do conhecimento em um campo no qual o papel de “especialistas” externos aos órgãos governamentais é não poucas vezes contestado pelo campo político.

Nosso objetivo principal é realizar um mapeamento e uma análise da produção acadêmica cearense nesse setor de estudos, a partir da reconstrução analítica das diferentes “linhagens acadêmicas”³. Com base em pesquisa bibliográfica em currículos, periódicos e bancos de teses e dissertações, consideram-se temas e perspectivas norteadoras dos programas de pesquisa⁴. Associado a este objetivo principal está a

³ Como suporte da análise, dialogamos com o estudo realizado por Fachinneto et al (2020), que esboçou o retrato geral das “linhagens de descendência acadêmica” nesse campo de estudos. Contudo, a sua abordagem não supre uma lacuna importante, que diz respeito a como esse setor de estudos é também um campo não somente de colaboração, mas de disputas; de continuidades e descontinuidades; de filiações e desfiliações do saber. O estudo de Fachinneto et al (2020) acaba por desconsiderar estudos que abordam clivagens e disputas presentes entre intelectuais no campo (cf. VASCONCELOS, 2019), exemplificando, possivelmente, acomodações entre as gerações mais recentes das linhagens de descendência acadêmica no sentido de se legitimarem como continuadoras de um legado, importante capital simbólico na (re)produção de posições no campo e, consequentemente, na deslegitimação de competidores e/ou de perspectivas contra hegemônicas no interior da sua geração.

⁴ Em termos metodológicos, tivemos os currículos da *Plataforma Lattes/CNPq* como a principal fonte de dados. Realizamos o *download* dos currículos entre os dias 16 e 30 de julho de 2022, a partir dos quais foram organizados os pesquisadores em sequência cronológica, de acordo com relação orientador-orientando e com áreas de concentração temática. Diante da necessidade de aprofundamento,

compreensão das interseções entre produção de pesquisas, a lógica de reprodução de posições na universidade e a atuação de centros de pesquisa nos diferentes “ciclos de formação das agendas públicas e governamentais” (SOUZA, 2006) sobre segurança pública no Ceará.

O artigo será dividido em três seções, em uma tentativa de periodização dos estados de desenvolvimento institucional, temático e político do campo de estudos. A primeira seção reconstitui as iniciativas fundantes desse campo de estudos pela **primeira geração** de pesquisadores, com a institucionalização de centros de pesquisa (1990-2004); a **segunda**, consolidação institucional e a expansão da produção acadêmica, expressas no crescimento das relações com outros centros de pesquisa do país e no protagonismo da segunda geração de pesquisa, com resultados na interseção no campo político e no debate público (2004-2013); a **terceira**, o contexto mais recente de consolidação da segunda geração de pesquisadores, com a criação de novos centros de pesquisa, acompanhando a expansão universitária, e de novos desafios de pesquisa e intervenção (2014-2022).

Essa periodização coincide, em parte, com as reorientações das agendas de pesquisa e de incidência no debate público ao longo do tempo e podem ser observados no quadro abaixo, no qual se expressam os picos de publicação de artigos em periódicos da 1ª geração (1990-2004) e da 2ª e 3ª gerações (2004-2022):

voltamo-nos à leitura de resumos ou da integralidade de artigos em períodos e no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES.

Gráfico 1: Artigos em periódicos científicos sobre violência por pesquisadores do Ceará



Fonte: Do autor (2023) a partir da Plataforma Lattes/CNPq.

Por fim, nas considerações finais, faz-se uma síntese e problematização, apontando continuidades, lacunas e novos caminhos dos programas de pesquisa.

Os pioneiros no campo de estudos (1980-2004)

Em qualquer área, indicar pioneirismos é assunto delicado, pois envolve eleições em terreno de afinidades e de conflitos, baseadas na sedimentação de uma memória que possui sempre algum grau de seletividade, estabelecendo, por vezes, continuidades ou rupturas que delimitam legitimidades dos dominantes em um campo intelectual. O próprio lugar do analista, nesse sentido, não deve ser visto como absolutamente neutro, posto que sujeito aos vieses de pressupostos afetivos, teóricos e políticos de sua afiliação a “linhagens” do campo (VASCONCELOS, 2014).

Nesse sentido, o presente estudo não desconsidera a existência de um percurso anterior de reflexões sobre violência no Ceará, antes dos anos 1980⁵, mas parte da constatação de que uma nova hegemonia intelectual se consolidou a partir da institucionalização de organizações com padrões de pesquisa coletivo, seguindo critérios de cientificidade lastreados na pesquisa empírica sistemática e na relação com imprensa e políticas públicas.

Para uma geração que experienciou a institucionalização universitária após os anos 1980, é inegável constatar que, no Ceará, inicialmente, os cursos de Ciências Sociais e Serviço Social das suas duas principais universidades – a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Estadual do Ceará (UECE) –, foram as matrizes da organização dos programas de estudos e laboratórios, centros e núcleos de pesquisa no estado. Os pesquisadores destes dois cursos se tornarão agenciadores de programas de pesquisa e articulações institucionais a partir de estudos fundadores realizados nos anos 1980-1990. César Barreira e Glória Diógenes, na UFC, Geovani Jacó de Freitas e Maria Glauécia Mota Brasil, na UECE, serão os “chefes de escola” da 1ª geração de pesquisadores nos temas da violência, conflitos e segurança pública no Ceará, a partir dos quais se constituem diferentes “linhagens acadêmicas”.

É em torno desses quatro nomes que haverá uma produção contínua de pesquisa, orientações de monografias, dissertações e teses nos temas

⁵ A começar da própria literatura desde o século XIX, mas também de pesquisadores como Capistrano de Abreu, Djacir Menezes, Billy Jayns Chandler, Diatahy Bezerra de Menezes, entre outros. Em grande parte, as discussões sobre conflitos sociais, especialmente no campo, em torno das revoltas populares, lutas de família, disputas por terra e na política são assumidas como legado dos novos estudos dos anos 1980, e não podem ser considerados como simples “pré-ciência”. No entanto, seria preciso um outro estudo para indicar o que houve de incorporação ou de desconexão entre gerações, especialmente na passagem de ênfase da “violência rural” à “violência urbana” e das relações privatistas ao funcionamento do Estado na segurança pública.

relativos à violência, crime, segurança pública e sistema de justiça⁶. Percebe-se, em primeiro lugar, a preponderância de César Barreira e da UFC nas orientações de maior grau de formação acadêmica, pré-requisito para assumir posições em concursos públicos em universidades. Em segundo lugar, a presença de Glaucéria Brasil e Geovani Jacó, da UECE, na formação em nível de mestrado, possivelmente pela história mais recente, mas que expressam também um papel mais próximo à qualificação de quadros que transitam entre a gestão pública e a universidade. Glória Diógenes, como se explicará, tem uma vinculação peculiar a este campo de estudos, menos nos temas da segurança pública propriamente dita, razão pela qual seus números de orientação nestas temáticas aparecem com menor expressividade.

Eles serão também os principais responsáveis pela criação das principais organizações de pesquisa e extensão, fundamentais na criação de equipes de pesquisa, na promoção de eventos acadêmicos e de ações de extensão e na relação com imprensa, movimentos sociais, profissionais da segurança pública, poderes públicos e atores políticos – o *Laboratório de Estudos da Violência* (LEV/UFC), criado em 1994; o *Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética* (LABVIDA/UECE), criado em 2000; o *Projeto Enxame*, ONG de arte e educação, criada em 2000; e o *Laboratório de Estudos sobre a Conflitualidade e Violência* (COVIO/UECE), criado em 2003.

Para discernir as propostas e articulações destes grupos, partimos da trajetória de César Barreira, que se tornou o principal ponto de convergência das redes de pesquisa, por ser o mais antigo, e também por estar mais bem posicionado no diálogo com centros de pesquisa e

⁶ Número de teses e dissertações orientadas: César Barreira (38); Glaucéria Brasil (33); Geovani Freitas (11) e Glória Diógenes (4). Na contagem não foram consideradas todas as orientações, mas apenas as que se enquadram nas temáticas aqui em estudo. Em relação a estas temáticas, para contemplar também a diversidade de perspectivas, foram incluídos também os trabalhos que se vinculam a sentidos mais amplos da violência (como segregação urbana) e, também, estudos sobre instituições disciplinares relacionadas ao controle social de crianças, adolescentes e jovens.

agências de financiamento do eixo Sul-Sudeste. A sua produção intelectual exemplifica um importante capítulo da história dos estudos sobre violência nas Ciências Sociais brasileiras, e demonstra, especialmente, a transição dos estudos sobre conflitos no campo para a discussão geral sobre criminalidade urbana violenta e segurança pública.

A sua produção foi sintetizada, em grande parte, no livro *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa* (BARREIRA, 2008), que traça um caminho que passa pela aproximação entre os referenciais da Sociologia Rural e da Sociologia da Violência⁷. O espaço agrário é analisado em quatro capítulos, relativos ao lugar da disputa pela terra e a exclusão social na configuração da violência, subsídio para a análise do massacre de Eldorado do Carajás e do lugar da família no mundo do crime. A desigualdade social, o uso dos órgãos de segurança pública na defesa da propriedade privada, o embaralhamento das fronteiras entre o público e o privado e o universo dos crimes por encomenda, constroem um campo muito diferente da imaginada “paz agrária”. Assim, a repressão violenta às contestações dos trabalhadores rurais, o assassinato de líderes camponeses, fizeram com que o pesquisador direcionasse o seu olhar para o tema dos “crimes de mando” ligados à questão da terra e à questão da segurança pública (BARREIRA, 1998).

A pistolagem é abordada como recurso da classe dominante nos conflitos envolvidos, ou na questão da luta pela terra, quando os alvos principais são os líderes camponeses ou agentes pastorais, ou na disputa pela representação política, na qual se visa a eliminação do opositor na política partidária, em um cenário de confronto entre famílias dominantes. No primeiro caso, a prática se relaciona à preservação do domínio político-econômico e se caracteriza pelo sentido de dar visibilidade, “espalhar o medo” para ocasionar uma desmobilização; no segundo, é a reprodução do mando político que está em jogo, sendo acionados mecanismos mais sofisticados de anonimato.

⁷ Movimento entre áreas temáticas que pode ser observado dentro da trajetória do autor: do estudo da parceria na cultura do algodão no sertão cearense, passando pela organização dos sindicatos rurais e a estrutura do poder dos sertões, até o tema da pistolagem (BARREIRA, 1992).

As implicações desse fenômeno para a construção do monopólio legítimo da violência física por parte do Estado são colocadas a partir da campanha de combate ao crime de pistolagem, organizada no fim dos anos 1980 pelo governo do Estado, do papel das instituições de segurança pública, da montagem do processo judiciário e das repercussões nos meios de comunicação. O autor ressalta que, se o julgamento de pistoleiros representou um marco na aplicação da lei, ao mesmo tempo teria demonstrado que o poder público não obteve sucesso em penetrar na rede de relações que envolve este crime, posto que os mandantes não figuraram nos processos.

O estudo da pistolagem passa a incorporar referenciais que vão para além do cenário da dominação política tradicional, centrados na terra e no voto. Entrelaçando tradição e modernidade, o pistoleiro se afasta das atividades agrícolas e dos vínculos com um patrão, passa a morar nas periferias das grandes cidades, integrado a uma rede articulada no nível intermunicipal e interestadual. As relações pessoais começam a dar espaço para relações impessoais, ligadas à “profissionalização” do “serviço”. O pistoleiro deixa de lado o cavalo e adota a moto e o capacete como instrumentos, atuando na eliminação de desafetos políticos e em conflitos interpessoais, que envolvem um amplo espectro como brigas por dívida, infidelidade, ciúme, vingança.

A perspectiva de César Barreira se coaduna em grande parte com as pesquisas desenvolvidas por Geovani Freitas sobre violência em Alagoas, mais especificamente, na Zona da Mata Norte daquele estado (FREITAS, 2003; 2004). Nos anos 1990, a região foi epicentro de denúncias sobre crimes por encomenda, tornando-se conhecida, pela denúncia de movimentos sociais, como “território de desovas de cadáveres”, diante da descoberta de vários “cemitérios clandestinos” e da recorrência de cadáveres mutilados. Tais crimes eram cometidos contra trabalhadores comuns, lideranças sindicais, populares e políticas, além de autoridades em geral, o que atestava um sentido político e a existência de um esquema organizado de práticas criminosas em todo o Estado, que ficou conhecido como “sindicato do crime”, atuante como grupo de extermínio.

Terem partido de estudos sobre questões agrárias e conflitos sociais permitiram a ambos os sociólogos uma aproximação diferenciada com o tema da violência, não tanto pela questão jurídico-criminal e mais pelo enfoque das relações de poder e dos conflitos sociais. Assim, a segurança pública é analisada com base nas relações e tensões entre, por um lado, a tradição dos códigos culturais de honra, da dominação fundada na posse da terra e do uso da violência como recurso na solução dos conflitos; e, por outro, nas dificuldades do monopólio legítimo da violência física por parte do Estado. Este monopólio encontraria dificuldades para se concretizar no Brasil, não somente pela desigualdade na aplicação da lei, mas também pela legitimidade do uso da força física por parte de particulares e da polícia na resolução dos conflitos.

Nesse contexto, o conceito de *violência difusa* é estratégico, como forma de ampliação de perspectivas entre campo e cidade: “o “difuso” relaciona-se com a possibilidade de todos, independentemente de sexo, idade ou classe social, possam ser vítimas de práticas classificadas como violentas, presentes em diversas situações sociais” (BARREIRA, 2013, p. 224). Sendo assim, as dificuldades de estabelecer o monopólio da violência física pelo Estado repercute na expansão de conflitos sociais desregulados, cuja resolução passa a se operar por uma violência pautada por códigos culturais valorizadores da “crueldade”, em uma “simbiose entre arma, droga ilícita e resolução violenta de conflitos interpessoais” (BARREIRA, 2013, p. 229).

Como forma de compreender o papel da segurança pública nesse cenário, ganha destaque a organização do livro *Questão de Segurança: Políticas Governamentais e Práticas Policiais* (BARREIRA, 2004), que aborda a segurança pública a partir da redemocratização e as crises enfrentadas ao longo de 15 anos. O principal foco de análise foram as crises institucionais ocasionadas pelos “escândalos” de violência policial e corrupção e as modificações políticas e técnicas advindas destas crises, que colocaram a necessidade de reformas no centro do debate político e acadêmico.

Na coletânea destaca-se a produção de Maria Glaucéria Mota Brasil (2000) sobre a política de segurança pública do Ceará de 1987 a 1999, concentrando sua análise nos momentos de crises vividos pelos aparelhos policiais, e na implementação das reformas e mudanças propostas pelos governos estaduais (BRASIL, 2003a; 2003b). Os seus trabalhos abordam o plano “Projeto Ceará Seguro”, fundado no “tripé moralização, modernização e participação” e criado a partir de um modelo externo de segurança pública⁸. É proposto, nesse contexto, o trabalho conjunto entre policiais militares e policiais civis nos chamados “Distritos-Modelo” (BRASIL; ABREU, 2002). A principal constatação da pesquisadora diz respeito à falta de articulação exitosa entre os princípios fundantes desta política, principalmente a ausência da participação ativa da sociedade civil (BRASIL, 2003a; 2003b), e às dificuldades da integração do trabalho entre as polícias diante das diferentes culturas organizacionais, redes de poder internas e das resistências à ideia de uma possível unificação das polícias (BRASIL; ABREU, 2002).

O início dos anos 2000, nesse sentido, marca a articulação de pesquisas e iniciativas em torno da segurança pública, acompanhando um processo mais amplo, em nível federal, relativo à estruturação de redes de interlocução especialmente entre universidades e polícias (VASCONCELOS, 2014; 2017). Retomaremos este ponto posteriormente. No momento, importa considerar que, se a produção hegemônica, expressa na centralidade da produção de César Barreira, Geovani Freitas e Glaucéria Brasil aponta para a preocupação com a reforma do aparato de segurança pública, um outro viés, em parte complementar, é desenvolvido por uma pesquisadora em especial, Glória Diógenes, que desenvolveu estudos e iniciativas em caminho paralelo ou independente do primeiro conjunto de pesquisadores.

⁸ Contratado à *First Security Consulting*, *think tank* liderada por William Bratton, comissário de polícia que se tornaria responsável pela política de “tolerância zero” em Nova York.

A perspectiva assumida por Diógenes irá interagir com o tema da cidade, da juventude e da violência, entendendo o conceito de violência em sentido mais ampliado que o da negatividade do crime, e mais próximo da concepção da violência como expressão de descontentamentos juvenis frente aos processos violentos de exclusão e segregação da vida urbana⁹. As teses fundamentais, que marcam a presença de Diógenes como referência incontornável nos estudos sobre cidade, violência e juventude, são sintetizadas em *Cartografias da Cultura e da Violência: Gangues, Galeras e o Movimento Hip Hop* (DIÓGENES, 1998).

No livro estão expressas duas faces da autora, que se desenvolverão ao longo da sua trajetória de diferentes maneiras. A primeira, a da estudiosa das ações coletivas juvenis – suas formas de interação e associação em grupos ou “tribos”, como ocupação e trânsito na cidade; suas manifestações de conflito e de violência como integrantes de processos de criação de identidades juvenis, o que a aproxima das discussões em Sociologia do Desvio e da Transgressão, perpassando temas como códigos culturais (gírias, tatuagens, grafias...) e de territorialização de conflitos entre grupos juvenis e entre estes e a polícia. A segunda, a da ativista social, e também gestora pública¹⁰, que organiza aquele que pode ser considerado um dos mais longevos “programas de extensão” da universidade cearense, ou forma de intervenção social na fronteira e no diálogo entre universidade, poderes públicos e juventude: o *Projeto Enxame de Arte e Cultura*¹¹, que trabalha estratégias de “reinvenção de si” por parte da juventude periférica

⁹ A aproximação de Glória Diógenes com os temas violência, cidade e juventude se deu tanto pela influência de César Barreira (violência) e Irllys Barreira (cidade), sua orientadora de mestrado e doutorado, como por encomendas do poder público. É o caso de pesquisa sobre a situação dos “meninos de rua”, em 1993. Este e outros temas foram paulatinamente articulados em uma visão específica sobre cidade, zonas de exclusão e o movimento, reação e a subjetivação das populações periféricas ou marginalizadas.

¹⁰ Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Fortaleza (2005-2010).

¹¹ Criado em 2000, o Projeto Enxame atua com crianças, adolescentes e jovens em situação de conflito na área do Grande Mucuripe (ENXAME, 2013).

através da canalização da insurgência, da indignação e da violência no sentido da arte, da comunicação e da cultura.

Foge ao nosso objetivo e ao espaço a pretensão de aprofundar a discussão teórica e descrever os caminhos das pesquisas e ações sociais promovidas por Glória Diógenes até os dias atuais¹². Nos limites deste artigo, importa reconhecer que a sua perspectiva é fundamental para a compreensão da origem e história dos conflitos juvenis em Fortaleza. Ela demonstra como as periferias de Fortaleza, nos anos de 1990, eram povoadas por “gangues” que se encontravam nas ruas ou em bailes *funks* para trocar socos e pedradas; grupos de jovens que compartilhavam códigos maneiras próprias de estabelecer relações dentro e fora do seu território. A sua perspectiva constitui, nesse sentido, uma narrativa que serve de parâmetro para as continuidades e as mudanças entre os contextos anteriores e posteriores às facções criminais (PAIVA, 2019a), apontando, também para os limites das políticas públicas nas últimas décadas.

Na década de 1990 e início dos anos 2000, iniciativas coletivas foram essenciais no sentido de fazer interagir, convergir e congregar antigos e novos pesquisadores em um mesmo campo de estudos, a exemplo do já mencionado *Questão de Segurança* (BARREIRA, 2004), da coleção editorial *Antropologia da Política*¹³ e das coletâneas *Ligado na Galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza* (BARREIRA, 1999) e *À espera de justiça: assassinato de crianças e adolescentes na Grande Fortaleza* (BARREIRA et al, 1999), que reuniram perspectivas para estudo das relações entre juventudes, segurança pública, homicídios, assistência social, violência nas escolas, situação de rua e relações familiares.

Nesse período, associada à atuação dos quatro pioneiros, haverá diversificação dos estudos, dando início às linhagens acadêmicas da segunda geração. É o caso de Rosemary de Oliveira Almeida, com

¹² Atualmente, Glória Diógenes se dedica ao tema do uso do espaço público e das “artes de rua”.

¹³ 31 livros, resultados de teses de doutorado (NUAP, 2020).

estudos sobre crimes praticados por mulheres (2001) e sobre juventude e segurança (2004); de Domingos Sávio Abreu, sobre as tramas da legalidade e da ilegalidade em processos de adoção (ABREU, 2002); e de Celina Amalia Lima, sobre cotidiano e contravenções no sistema prisional (LIMA, 2003). A interseção entre primeira e segunda geração resultará na tendência de crescimento de artigos publicados em periódicos, especialmente entre 2004 e 2010. Entre os principais temas está, por exemplo, a formação de policiais e da Guarda Municipal (BRASIL; ALMEIDA, 2011; BRASIL et al, 2011), o programa Ronda do Quarteirão (BRASIL; SOUSA, 2010; BARREIRA; RUSSO, 2012). Essa ênfase fortaleceu a articulação entre a primeira geração, mas também a entrelaçando com a produção das gerações seguintes, responsáveis pela expansão do número de estudos e diversificação do campo, e que estarão cada vez mais à frente dos processos de produção e divulgação do conhecimento ao assumirem posições no campo acadêmico.

A 2ª geração de pesquisadores e a consolidação do campo de estudos (2004-2013)

A discussão sobre como as perspectivas da primeira geração de pesquisadores são lidas e incorporadas pelas gerações seguintes nos conduz a considerar como os orientandos dos quatro pioneiros inserem seus interesses na agenda de pesquisa e no processo de institucionalização dos centros, laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa. Para isso, é preciso, antes, compreender que as décadas de 1990-2000 foram de acúmulo de discussões sobre segurança pública no Ceará: crises por denúncia de corrupção e violência policial; propostas de reforma e inovação institucional seguidas de tensões, conflitos e novas propostas, diante da efetividade insuficiente e da questão de a

segurança pública tornar-se, cada vez mais, central na dinâmica político-eleitoral.

Em grande parte, esse processo também acompanhou uma discussão nacional, seja por crises em estados com maior repercussão, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, seja pelo maior protagonismo que os governos federais assumiram no tema, com a criação da *Secretaria Nacional de Segurança Pública* (SENASP), dos Planos Nacionais de Segurança Pública a partir de 2000 e da 1ª *Conferência Nacional de Segurança Pública* (CONSEG), em 2009. Haverá, então, nesse contexto, a intensificação das relações entre centros de pesquisa universitários, com maior intercâmbio formativo de orientandos, organização de congressos e projetos em parceria e articulações técnico-políticas no sentido de influenciar o debate público e as agendas governamentais.

Essas articulações se realizaram a partir de parcerias em âmbito local, regional e nacional. Destacam-se, nesse sentido, os vínculos entre UFRJ/Museu Nacional através da linha de pesquisa “Rituais, Representações e Violência” no *Programa de Apoio a Núcleos de Excelência* (PRONEX/MCIT); os Grupos de Trabalho coordenados por César Barreira na ANPOCS – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, desde os anos 1990¹⁴; o *Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais*, organizado pelo LEV/UFC desde 2005¹⁵, que tornou-se o principal evento acadêmico nacional da área de pesquisa, através da qual a produção acadêmica cearense alcançou projeção nacional e internacional¹⁶; e, por fim, a criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia “Violência. Democracia e Segurança Cidadã”, rede financiada pelo CNPq, reunindo seis centros de pesquisa de diversas regiões do país.

Essa convergência acadêmica ocorreu em paralelo com formas de incidência na pauta da segurança pública, como a organização da etapa

¹⁴ Processos Sociais Agrários (1992-1994); Rituais, Representações e Violência (1998-2000); Violência, Conflitos e Práticas Sociais (2005-2007).

¹⁵ Realizaram-se seis edições: 2005, 2008, 2011, 2014, 2016, 2019.

¹⁶ Em especial com França, Colômbia, México e Moçambique.

estadual da 1ª CONSEG, em 2009, criando vínculos com polícias e sociedade civil, que se fortaleceriam a partir dos incentivos da SENASP. Nos anos seguintes, diversos centros de pesquisa desenvolveram parcerias com instituições governamentais e em particular para a formação de policiais e gestores de segurança e justiça criminal, como os cursos de Especialização da RENAESP, em 62 universidades e faculdades do país, dentre elas a UFC, em 2008 (SANTOS, 2008). Destacava-se também à época a expectativa com a experiência de César Barreira na direção-geral da Academia Estadual de Segurança Pública (AESP)¹⁷: "um coordenador da Universidade dentro de uma Academia de Polícia e não policiais dentro da Universidade" (RAMOS, 2007, p.10). No Ceará, uma reflexão sistemática sobre os cursos de especialização para polícias não foi realizada¹⁸, e a experiência de César Barreira, por sua vez, apesar das expectativas, veio a resultar em sua exoneração em 2012.

Mesmo com os reveses, o contexto do final dos anos 2000 a 2012 demonstrou o ápice do potencial de interação e intervenção entre universidades e governo na área de segurança pública. Para a compreensão desse processo a partir de um olhar interno às redes acadêmicas, é preciso retomar os principais programas de pesquisa e como se articularam ao longo do tempo. No caso, analisar como o grupo de pesquisa *Poder, Violência e Cidadania*, no CNPq, criado em 1995, e que deu origem ao LEV e aos Seminários Internacionais, articulou-se de maneira mais sistemática com os programas de pesquisa do COVIO e do LABVIDA, da UECE.

O LEV está, hoje, dividido em três grandes linhas – 1. *Violência, conflito e dominação*; 2. *Etnografia, crime e performance*; 3. *Justiça criminal e sistema prisional* – que expressam como se conciliaram as

¹⁷ Criada por lei estadual de fevereiro de 2010, a AESP viria a ser inaugurada em maio de 2011, já com César Barreira no comando. Antes de colocar em funcionamento a nova unidade, o governo extinguiu a Academia Edgar Facó, que formava oficiais da Polícia Militar; o Centro de Informação de Praças e Soldados e as academias da Polícia Civil e a do Corpo de Bombeiros (CÉSAR, 2012).

¹⁸ Com exceção do trabalho de Santos (2008).

perspectivas da primeira e da segunda geração de pesquisadores do grupo. No mesmo sentido, no LABVIDA, há quatro linhas de pesquisa, sendo a primeira, *Direitos humanos e políticas de segurança pública*¹⁹, coordenada por Glaucíria Brasil, que ganhará destaque, suprindo, em grande parte, o viés mais próximo à gestão e às políticas públicas de segurança, pouco marcante na tradição de pesquisa do LEV. O COVIO, por sua vez, enfatizará a questão da violência urbana e dos modos de gestão da cidade, das relações entre juventude, cidade, polícias e racismo, das relações entre linguagem, cultura e violência, bem como das “práticas de não violência”²⁰.

Na interseção entre os três programas, a segurança pública tornou-se o principal interesse de pesquisa entre as orientações e projetos conjuntos, a exemplo da pesquisa *Cartografia da criminalidade e da violência na cidade de Fortaleza* (FREITAS et al, 2010), da realização das Semanas de Avaliação das Delegacias de Polícia Civil²¹, a organização de coletâneas como resultado dos Seminários Internacionais (BARREIRA, 2010; BARREIRA; SÁ; AQUINO, 2011; BARREIRA; AQUINO; SÁ, 2012; 2014; BARREIRA; RUSSO; PAIVA, 2014). A tendência de concentração na segurança pública pode ser observada no quadro abaixo, relativo aos temas de teses e dissertações de orientandos da 1ª geração de pesquisadores²²:

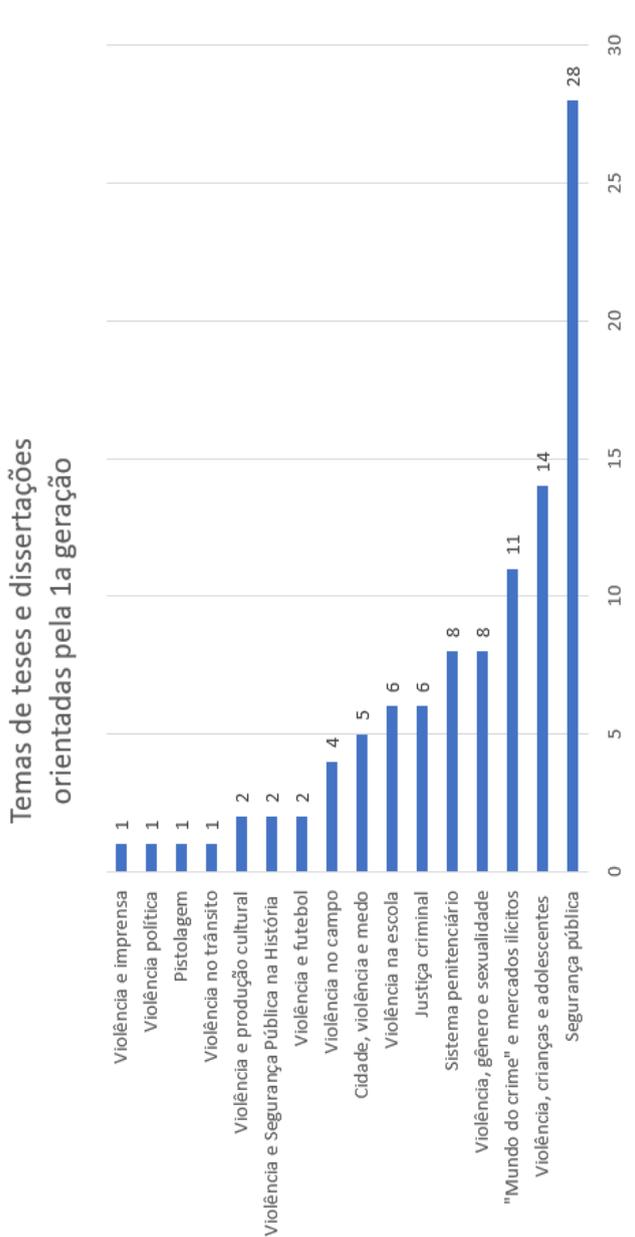
¹⁹ As demais linhas são: Gerações, gêneros, sexualidades e direitos sexuais e reprodutivos; Desigualdades sociais, territórios e margens urbanas; e Juventudes, conflitualidades e violências (LABVIDA, s/d).

²⁰ Conforme as quatro linhas de pesquisa/atuação do grupo: 1 – participação social e práticas de não violência: mediação de conflitos, práticas restaurativas e círculos de construção de paz; 2 – linguagens da violência e da conflitualidade; 3 – violência urbana e modos de gestão das cidades; 4 – estudos afro-atlânticos

²¹ Organizada pela ONG Altus em parceria com centros de pesquisa por todo o país (CESEC, 2017).

²² Na coleta de dados não incluímos resenhas, mas apenas artigos em periódicos.

Gráfico 02: Temas de teses e dissertações orientadas pela 1ª geração



Fonte: Do autor (2023) a partir da Plataforma Lattes/CNPq.

A segurança pública foi o principal tema das pesquisas, especialmente estudos sobre polícia militar, que abordaram as políticas de segurança pública, policiamento comunitário, as táticas de aproximação entre polícia e juventude, o Ronda do Quarteirão, o controle da atividade policial, a unificação e a desmilitarização, a cultura e a formação policial, a violência policial e o lugar das mulheres na polícia. Em menor grau, outros temas foram abordados, como segurança pública municipal, os trabalhos informais de policiais na segurança privada e a polícia civil – formação de delegados, as delegacias da mulher e técnicas associadas à investigação de homicídios.

Em relação à criminalidade violenta, o tema maior das relações entre violência e cidade (segregação urbana e estigma territorial; vitimização e seus impactos sociais; o medo do assalto e a sociabilidade) abriu espaço, progressivamente, para estudos mais inseridos na caracterização do “mundo do crime”, seus códigos culturais e seus conflitos, o envolvimento de jovens e mulheres em grupos armados e mercados ilícitos, sobretudo de drogas, mas também sobre a racionalidade do crime em grandes assaltos.

Os estudos sobre violência, crianças e adolescentes recobrem uma vasta gama de objetos – seja pesquisas diretamente com crianças e jovens em situação de rua, com adolescentes em conflito com a lei e com o sistema socioeducativo, seja com profissionais que trabalham no atendimento a esse público. Vale considerar que, apesar do grande número de pesquisas, esse não tem sido tema, em geral, das discussões e projetos centrais do campo de estudos, com exceção do livro *À espera de justiça: assassinato de crianças e adolescentes na Grande Fortaleza* (BARREIRA et al, 1999).

Violência, gênero e sexualidade é o quarto tema de concentração e demonstra, principalmente, a reunião das abordagens sobre violência contra a mulher, exploração sexual e homofobia, que expressam ainda um tema de maior destaque caso se considerassem também os estudos em que o gênero figura como uma questão transversal, em estudos sobre torcidas de futebol, prisão, polícia, delegacias e o “mundo do crime”. Os

estudos sobre infância e juventude em situação de rua ou de institucionalização, geralmente pouco visibilizados no cenário geral de discussões sobre segurança pública, também se revelam como uma certa “tradição” de pesquisa. Da mesma maneira que no caso dos estudos sobre violência, gênero e sexualidade, se trabalhadas de maneira interseccional, as pesquisas sobre juventude e violência, conectada ao tema do controle social, da educação, da mediação de conflitos, configuram um relevante eixo temático.

O sistema penitenciário, também quarto maior tema de concentração, ocupou espaço principal como *locus* de pesquisa sobre questões como relacionamentos afetivos, cotidiano e contravenções da população prisional em geral ou de públicos específicos, como policiais presos. As políticas penitenciárias e as relações com o “mundo do crime” ocuparam um lugar pouco destacado e ainda insuficiente diante dos fluxos e interseções entre cidade, mercados ilícitos e domínios armados de facções. A justiça criminal, compreendeu, por sua vez, estudos sobre políticas penais, discursos e práticas judiciais diversas, no tribunal do júri, na construção do “sujeito criminoso”, relação com público juvenil e justiça militar, e também, o papel da defensoria pública. Da mesma forma que para os estudos prisionais, houve pouco desenvolvimento de estudos sobre políticas judiciais e penais, cultura organizacional e formação de operadores do direito, sobre relações entre polícia civil e prisões, a exemplo de estudos sobre fluxos de processos criminais ou sobre egressos prisionais.

Como “tema de origem”, a violência no campo (conflitos por terra; lutas de família) marcou presença nas orientações, mas com menor expressão, mesmo que se considere a pistolagem ou crime de mando, que foi colocado em separado por sua característica peculiar como objeto que não se enquadra apenas no campo nem na cidade, ao mesmo tempo em que se relaciona com os estudos em prisão e sobre o “mundo do crime”. Entre os demais temas, ressalta-se o pouco destaque de temas que, à primeira vista, esperava-se ter maior expressão, como violência e imprensa e violência e futebol.

Estas tendências gerais de concentração da produção podem ser compreendidas em relação ao conjunto de orientandos de cada pesquisador pioneiro. Entre os/as orientandos/as de César Barreira, por exemplo, há que se destacar certas continuidades, como no tema das lutas entre famílias (BATISTA, 2002) ou da pistolagem, importantes na perspectiva teórico-metodológica a respeito da alteridade e da pesquisa sobre “temas perigosos”. Relevantes também foram os estudos sobre policiamento comunitário (PINHEIRO, 2014), sobre violência urbana e o medo (MATOS JR., 2008), sistema prisional (LIMA, 2003; ZARANZA, 2004) e a situação de policiais presos (SILVA, 2015); ou ainda sobre o próprio campo de estudos (VASCONCELOS, 2014).

Porém, as ênfases principais ganham expressão, sobretudo, nos estudos desenvolvidos por três pesquisadores: Leonardo Damasceno de Sá sobre o perfil dos homicídios no Ceará (BARREIRA; SÁ, 1996), sobre o processo de formação na Polícia Militar, seus conteúdos e suas formas simbólicas e rituais (SÁ, 2002) e sobre a socialidade armada em bairro de Fortaleza (SÁ, 2021); Jânia Perla Diógenes Aquino sobre racionalidade no “mundo do crime” em grandes roubos (AQUINO, 2010) e o fenômeno do “Novo Cangaço” (AQUINO, 2020); e Luiz Fábio Silva Paiva sobre a realidade da violência em “territórios estigmatizados” (PAIVA, 2014) e, mais recentemente, sobre as novas formas do “crime” no Ceará e em estados do Nordeste e do Norte (PAIVA, 2019; 2022; PAIVA; MELO, 2021). Os três pesquisadores se destacam também em parcerias com pesquisadores do Norte, do Sul e principalmente do Sudeste, dando continuidade, assim, às articulações construídas inicialmente por César Barreira²³.

Em se tratando de orientandos/as de Glaucíria Brasil, destacam-se dois pesquisadores: Emanuel Bruno Lopes Sousa, com estudos sobre o Ronda do Quarteirão (SOUSA, 2008; BRASIL; SOUSA, 2010) e

²³ Jânia Aquino e Leonardo Sá tiveram parte da formação no Sudeste, USP e Museu Nacional, respectivamente. A USP, por sinal, foi *locus* privilegiado de destino para uma série de orientandos de César Barreira. Em termos de produção, Jânia Aquino e Luiz Fábio Paiva possuem o maior número de parcerias fora do Ceará, no eixo Sul-Sudeste e Norte-Nordeste.

políticas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes (BRASIL; SOUSA, 2010); e Érica Maria Santiago, com pesquisas sobre juventude e abordagem policial (SANTIAGO, 2015). Além destes, há de se destacar Leila Maria Passos de Souza Bezerra, com estudos sobre violência, segurança pública e sociedade civil (BEZERRA; ESMERALDO, 2004), pobreza e “territórios estigmatizados” (BEZERRA; CARVALHO, 2014) e sistema socioeducativo (LEITE; BEZERRA, 2019); Paula Fabrícia Mesquita que, apesar de não ter sido orientanda, lidera uma das linhas de pesquisa do LABVIDA, pesquisando violência e gênero (OSTERNE; MESQUITA, 2020); e Antônio Roberto Xavier, que desenvolve pesquisas sobre segurança pública e crime organizado (XAVIER, 2016; 2017).

Entre os orientandos/as de Geovani Freitas, destacam-se: Ricardo Moura Braga Cavalcante, com pesquisa sobre assassinatos de adolescentes em Fortaleza (CAVALCANTE, 2011), sociólogo de “dupla inscrição” (COVIO e LEV), que desenvolverá estudos sobre atividades de Inteligência na PM do Ceará (CAVALCANTE, 2014; 2016) e, posteriormente, terá protagonismo no diálogo sobre o tema da violência urbana e da segurança pública na imprensa cearense; e Clodomir Cordeiro de Matos Junior, também um caso de “dupla inscrição” (COVIO e LEV), que pesquisa cidade, medo e vitimização (MATOS JR., 2008), as ressonâncias da violência nas relações familiares (MATOS JR., 2014) e também o funcionamento dos mercados ilícitos de droga em Fortaleza (MATOS JR; SANTIAGO NETO, 2020).

Expressando a tendência de crescimento da produção acadêmica desde os anos 2000, quando comparadas, a primeira geração tem o seu ápice em 2010, estabilizando-se nos anos seguintes, e a segunda geração tem seu pico de produção entre 2015 a 2019. Vale a pena considerar, em primeiro lugar, os temas: as pesquisas deixarão de lado a ênfase na pistolagem e violência e se concentrarão no campo da segurança pública e da criminalidade violenta. Mas haverá mudanças e diversificação interna.

No caso da segurança pública, terão destaque objetos como o controle da atividade policial (PINHEIRO, 2013), o programa Ronda do

Quarteirão (ARAÚJO, 2019) e as condições de trabalho e saúde mental dos profissionais da segurança pública (SALES; SÁ, 2016). Ao mesmo tempo, crescerão os estudos sobre violência do Estado – na forma de abordagem policial (SÁ; SANTIAGO NETO, 2011) ou em chacinas (PAIVA, 2015); o envolvimento de policiais em práticas ilícitas (SILVA, 2015); e a organização de facções e coletivos criminais – os efeitos sociais de domínios armados sobre territórios, moralidades e resolução de conflitos (PAIVA, 2019; 2022; SÁ, 2021) e as dinâmicas de tráfico de drogas (MATOS JR; SANTIAGO NETO, 2021).

Outros temas também merecem destaque: a violência e a criminalidade em estados do Norte e do Nordeste e a questão das fronteiras como espaços sociopolíticos e econômicos que desafiam o monopólio da violência do Estado (PAIVA; SIQUEIRA, 2019; PAIVA; MELO, 2021); o fenômeno do “Novo cangaço” (AQUINO, 2020); a presença de mulheres no “mundo do crime” e seus efeitos – como vitimização feminina e sofrimento/luto (RODRIGUES; SÁ, 2015; MARINHO, 2021); e a criminalidade e a violência no interior do estado (XAVIER, 2017; VASCONCELOS et al., 2022a).

A 3ª geração e a expansão do campo de estudos (2014-2022)

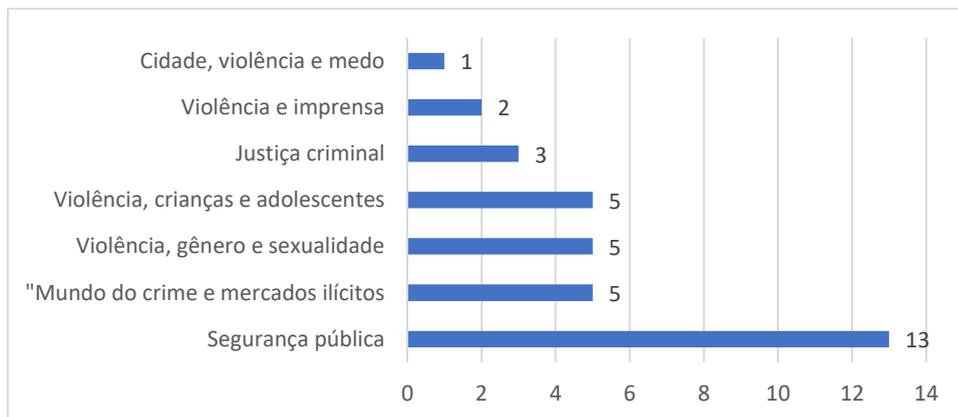
A consolidação da segunda geração de pesquisadores em postos nas universidades, ao mesmo tempo em que acarretou aumento da produção acadêmica e a emergência de uma terceira geração de pesquisadores, coincidiu também com um cenário de diversificação dos atores, das universidades e centros de pesquisa e das áreas de conhecimento envolvidas no estudo e na intervenção nos temas da violência, crime e segurança pública. Para compreender esse cenário, de início, partimos das teses e dissertações orientadas pela segunda geração²⁴ durante o

²⁴ Como segunda geração, listamos os seguintes nomes, indicando ao lado o quantitativo de orientações: Luiz Fábio Silva Paiva (9), Leonardo Damasceno de

período de 2011 a 2022 e que configuram, em sua maior parte, a terceira geração de pesquisadores.

Além da constatação de que 77% das teses e dissertações (20 de 27) são vinculadas à UFC, o que demonstra a maior consolidação dos programas de pós-graduação e o peso da articulação em torno do LEV, importa discernir como os temas e questões de pesquisa são privilegiados. Assim como para as duas gerações anteriores, a segurança pública constitui o principal eixo: dos treze estudos, oito abordam a Polícia Militar (Ronda do Quarteirão; condição de trabalho e saúde; formação; subjetividade e conflitos; abordagem policial; inteligência policial). Os demais se dispersam entre subtemas variados, desde convencionais, como a política de segurança pública até objetos que, surpreendentemente, não haviam sido trabalhados, como uma etnografia de delegacia no interior do estado (COELHO, 2020).

Gráfico 3: Temas de teses e dissertações orientadas pela 2ª geração

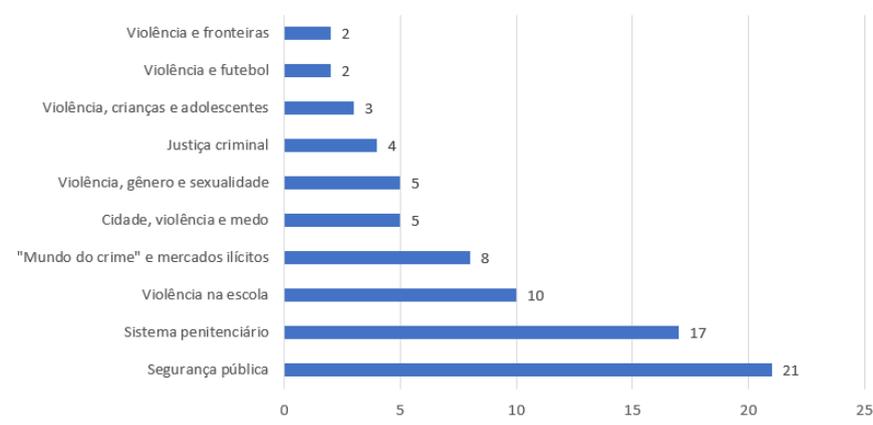


Fonte: Do autor (2023) a partir da Plataforma Lattes/CNPq.

Sá (7), Jânia Perla Diógenes Aquino (6), Camila Holanda Marinho (3), Antônio dos Santos Pinheiro (2), Paula Fabrícia Brandão Aguiar Mesquita (1), Ricardo Henrique Arruda de Paula, Janaína Zaranza, José Élcio Batista, Robson Augusto Mata de Carvalho, Clodomir Cordeiro de Matos Junior, Francisco Thiago Rocha Vasconcelos, Antônio Marcos de Sousa Silva, Antônio Roberto Xavier, Ricardo Moura Braga Cavalcante, Érica Maria Santiago e Lilian Virginia Carneiro Gondim.

O tema “mundo do crime e mercados ilícitos”, conta com cinco estudos, dos quais a maioria diz respeito aos efeitos de conflitos territoriais entre coletivos criminais, com a novidade do aparecimento de um primeiro estudo que utiliza da noção de genocídio racial de jovens negros. Dois outros subtemas se destacam: “violência, gênero e sexualidade”, principalmente sobre política de enfrentamento à violência contra a mulher, e “violência, crianças e adolescentes”, com estudos sobre sistema socioeducativo e crianças “marcadas para morrer”. “Violência e imprensa”, “Justiça criminal” e “Cidade, violência e medo” compõem os temas de mais cinco pesquisas. Embora o recorte temporal seja mais curto em comparação com os temas de orientação da primeira geração, observa-se que questões com maior relevância anteriormente, como “violência no campo”, “prisão” e “violência na escola” não se fazem presentes.

Gráfico 4: Artigos da 3ª geração



Fonte: Do autor (2023) a partir da Plataforma Lattes/CNPq.

Conquanto a produção da segunda geração passe a abordar menos a segurança pública e cada vez mais o “mundo do crime” e os mercados ilícitos, a ênfase nos estudos sobre segurança pública permanece. É o

que se constata ao observar o quadro de artigos em periódicos da terceira geração, publicados entre 2008 e 2022²⁵.

Além da segurança pública, destaca-se o aumento de estudos sobre sistema penitenciário e violência na escola, correspondendo, possivelmente, aos impactos das novas políticas penitenciárias e dos impactos das facções criminais em territórios.

Na segurança pública pode-se destacar os artigos de Emanuel Bruno de Sousa, Letícia Araújo, Wendell Barbosa, Larissa Sales e Antônio Sabino Neto sobre a polícia militar e o Ronda do Quarteirão (SOUSA, 2008; ARAUJO, 2019; BARBOSA, 2017; SALES; SÁ, 2016), além dos artigos e pesquisas de Ana Letícia Lins, sobre políticas de segurança pública no estado (LINS, 2020) e criminalização de torcidas organizadas (LINS; SILVA, 2018). Ressalta-se também os estudos desenvolvidos por policiais-pesquisadores e gestores estatais – um total de dez –, e por pesquisadores interessados no sistema socioeducativo e sistema de justiça que mereceriam, cada um destes grupos, uma análise à parte.

Em relação aos domínios armados, governança criminal de facções e mercados ilícitos, pode-se indicar os estudos de João Pedro Santiago Neto e Suyane Moraes sobre a violência, conflitos e a dinâmica do tráfico de drogas ilícitas (SANTIAGO NETO, 2014; MORAES, 2022); de Francisco Rômulo do Nascimento Silva, com pesquisa sobre contextos de domínios armados de facções, e também sobre violência e questão racial (SILVA; FREITAS, 2019); e de Francisco Elionardo Nascimento e Ítalo Barbosa Siqueira, sobre o sistema prisional cearense, governanças criminais de facções (NASCIMENTO, 2017; NASCIMENTO; SIQUEIRA, 2022) e “travestilidades aprisionadas” (NASCIMENTO, 2020).

Para compreender as tendências do novo momento, é preciso considerar dois aspectos interrelacionados: como os interesses de pesquisa das sucessivas gerações se entrelaçaram entre si e em diálogo com novas agendas do tempo presente, em especial com o surgimento de novos atores (grupos de pressão e consultoria) voltados ao tema da

²⁵ 67 artigos

violência e da segurança pública; e como estas novas questões suscitaram a emergência ou fortalecimento de grupos de pesquisa provenientes de outras universidades e áreas de conhecimento, em relação de colaboração e/ou concorrência no campo.

Constatamos, ao longo do texto, como as duas primeiras gerações respondiam ao contexto dos impasses nas reformas da segurança pública após a redemocratização e ensaiaram a conformação de uma agenda de pesquisa com incidência na formação policial, no sentido de compreender os caminhos das propostas de integração entre polícias e de implementar conteúdos condizentes com a conciliação entre eficácia e eficiência na segurança pública, os valores dos direitos humanos e a participação da sociedade civil. O período de legitimação acadêmica até a experiência de gestão na Academia Estadual de Segurança Pública, coincidindo a ascensão e o enfraquecimento do programa Ronda do Quarteirão como proposta afinada a um novo paradigma de ação policial, expressaram as resistências internas às corporações policiais à participação de civis na gestão da segurança pública e também os limites das políticas - de segurança pública, justiça criminal e penitenciária - implementadas para responder às demandas por controle da violência e da insegurança.

A paralisação da polícia militar em 2011 é o melhor exemplo da reverberação do impasse no campo da segurança pública cearense²⁶. As reivindicações por direitos e reposições salariais por parte da PM se realizou, em geral, de maneira distanciada do acúmulo de pesquisas sobre o tema. Isso se revela no surgimento de lideranças com uma agenda política própria que, mesmo antagônica ao comando hierárquico da PM, não dialoga com a rede de pesquisadores, movimentos sociais e policiais que construíram a abertura democrática do campo da segurança pública. É o caso de um dos líderes da greve, Capitão Wagner, que soube

²⁶ Paralisação de grande parte do contingente da PM entre os dias 29 de dezembro de 2011 e três de janeiro de 2012. Para uma análise da história dos movimentos contestatórios da PM cearense desde sua relação com a história do movimento desencadeado pela PM de Minas Gerais em 1997, cf. SÁ; SALES; SILVA NETO, 2015.

construir uma carreira política até o momento exitosa a partir da conciliação das reivindicações policiais grevistas com as pressões políticas das classes médias por um novo enquadramento dos problemas da violência e da segurança pública.

No ano seguinte ao final da greve, o crescimento dos índices de violência letal e criminalidade ao longo da década de 2000 serviu como combustível para a pressão por uma agenda política de maior repressão e punição, simbolizado pelo movimento “Fortaleza Apavorada” (MATTOS, 2022). Em 2013, moradores de bairros de classe média alta da cidade organizaram um movimento a fim de denunciar a violência da qual se sentiam vítimas. Através de campanhas em redes sociais, o movimento recebeu a adesão de milhares de pessoas em manifestações e passeatas nos bairros da Aldeota, Meireles e na Beira-Mar. Para os seus principais promovedores e ideólogos, o movimento teria antecipado características das mobilizações de junho de 2013 no país, como o caráter “apartidário”, divorciado da “política tradicional” e ligado aos valores da defesa da “ordem” e da “família”. Para os críticos, o movimento da “mão espalmada” representou uma mobilização em prol de uma proteção mais efetiva às áreas mais ricas da cidade, em detrimento das áreas periféricas. Esse argumento deriva não somente pela origem social dos participantes, mas da tática de “pânico moral”, legitimadora de um populismo penal (redução da maioria penal; penas mais longas; policiamento mais repressivo) assente nas clivagens raciais e classistas da cidade de Fortaleza.

Em síntese, a paralisação da PM em 2011 e o movimento “Fortaleza Apavorada”, em 2013, inauguraram um novo momento de disputa pelos contornos da violência como problema público na capital e no estado. Mas também houve reações. Os movimentos de vítimas de violência, sobretudo nas periferias e com protagonismo dos movimentos de mães e de jovens negros, têm pressionado por uma agenda de oposição. Junto a grupos de pesquisa, enfatiza-se, por exemplo, a chacina da Grande

Messejana ou Chacina do Curio²⁷, em 2015, como expressão da legitimação da violência policial nas periferias da cidade (PAIVA, 2015). Assim, mesmo com o desenvolvimento do Programa Ceará Pacífico²⁸ a partir de 2015, houve um refluxo da tendência no estudo sobre segurança pública na perspectiva da organização e da ação policial. Desde então, o lugar social da juventude negra e pobre de periferia como fração envolvida em violências, como agentes e vítimas, faz parte das principais preocupações de agendas de pesquisa e intervenção.

Tal mudança deriva de três fatores interrelacionados: a mobilização social de contraposição à nova agenda política conservadora e populista penal; a continuidade de antigas concepções de segurança pública, apesar da nova “roupagem institucional”, como o investimento no Raio – batalhões de policiamento motorizado²⁹ –, e que se associou a novas formas de controle territorial baseadas em formas de vigilância, a exemplo das torres de vigilância do *Programa Municipal de Proteção Urbana* (PMPU) e do uso de tornozeleira eletrônica; por fim, o aumento da violência letal no Nordeste e no Ceará – uma tendência que acompanhou a criação e o enraizamento de facções criminais, cuja dinâmica provavelmente explicaria com mais certeza as razões dos movimentos de acréscimo ou decréscimo da violência letal do que o desenvolvimento de políticas estatais. Nesse sentido, alguns intérpretes chegam a correlacionar a atenção à agenda política conservadora e populista penal como um fator explicativo da falta de atenção necessária ao problema das facções nas periferias (VASCONCELOS; AQUINO, 2020).

²⁷ No dia 12 de novembro de 2015, 11 pessoas foram assassinadas no bairro Messejana. As suspeitas recaíram em operadores da segurança pública (PAIVA, 2015).

²⁸ Desenho de política produzida em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e que pretende uma abordagem que concilia a modernização policial com a perspectiva da segurança cidadã e a territorialização de políticas de prevenção (GOVERNO, 2015).

²⁹ Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas.

Um fator complementar é o aparecimento de grupos de pesquisadores e atores políticos, concorrentes ou colaboradores, que influenciaram uma nova “divisão de tarefas” e equilíbrio de forças nas relações de denúncia, crítica e consultoria entre universidades, grupos políticos e o Estado. É o caso do *Comitê Cearense pela Desmilitarização da Polícia e da Política*, coletivo criado em 2016, composto por uma diversidade de militantes sociais e organizações³⁰. Já a ênfase na juventude deu origem a uma das mais importantes iniciativas de pesquisa-intervenção, desta feita originada por ação de mandato parlamentar e da Assembleia Legislativa, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF): o *Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência* (CCPHA), que liderou uma pesquisa de campo sobre as famílias e as trajetórias de adolescentes assassinados em 2015 em sete cidades cearenses³¹.

As universidades, por sua vez, agiram em várias frentes: a letalidade policial, e o quanto policiais são, ao mesmo tempo, algozes e vítimas da violência; a falta de investigação sobre mortes violentas de jovens, enquadradas, pelo recorte do jornalismo policial, como conflito entre facções; e o fortalecimento da agenda de pesquisas sobre as condições da juventude. Este último aspecto é constatado pela continuidade da influência de Glória Diógenes junto a novas gerações, com destaque para Camila Holanda Marinho e Lara Silva, no *Laboratório das Artes e das Juventudes* (LAJUS), criado em 2012, na UFC, (LAJUS, s./d.). Em

³⁰ Jovens moradores das periferias de Fortaleza e guardas municipais e policiais contrários ao militarismo da corporação, em articulação com organizações como a Frente Cearense Contra a Redução da Maioridade Penal, a Marcha da Maconha, a Caravana da Periferia e os Policiais Antifascistas. Uma das suas expressões em âmbito acadêmico, é a produção de Anderson Duarte, policial e educador, sobre “empresariamento da segurança pública” através das teses da “tolerância zero” (DUARTE, 2016; FUNDO BRASIL, s./d.).

³¹ A pesquisa resultou no relatório “Cada Vida Importa”, assinado pelo deputado estadual Renato Roseno (PSOL), relator do Comitê, que enfatizou o fato de Fortaleza ser líder do ranking do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA). A partir do relatório, o Comitê atuou junto a com prefeituras e sociedade civil no sentido de implementar recomendações para reduzir a violência letal contra meninos e meninas de 10 a 19 anos

2019, o relatório de pesquisa *Eles dizem Não ao Não: Um estudo sobre a Geração N* (DIÓGENES, 2019), buscou caracterizar e entender jovens, de 16 a 29 anos, que não participam do mercado de trabalho e não estudam, os chamados “nem-nem”³².

O período foi marcado também pela pesquisa-intervenção e pela incidência no debate público e no campo político. São exemplos, em termos de articulação coletiva mais ampla, a Rede de Observatórios de Segurança, o Fórum Popular de Segurança Pública (OBSEG, 2019) e o Movimento Cada Vida Importa³³. Já em termos de projetos mais localizados, o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS, s./d.), no bairro do Bom Jardim; o projeto de extensão Traficando Saberes (PAIVA et al, 2020); e a elaboração do plano de segurança para a UECE (BRASIL; FREITAS; SOUSA, 2019)³⁴.

Não se pode deixar de mencionar também a produção das universidades interioranas, que tem avançado nos últimos anos. Na Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), em Sobral, além de um estudo sobre o cotidiano prisional (CARVALHO, 2011), o curso de Ciências Sociais produziu estudos sobre violência contra povos indígenas (FERREIRA, 1998); violência e juventude (PIMENTA, 1999); violência e futebol (PIMENTA, 2003); e violência sexual contra crianças e adolescentes (MENDES; FREITAS, 2018). A Universidade Regional do Cariri (URCA), no Crato, além das pesquisas já mencionadas Antônio Pinheiro sobre segurança pública, tem

³² Aqueles que não estudam e não trabalham ou “nem-nem-nem” (os que não estudam, não trabalham e não estão procurando emprego).

³³ Estão reunidos no “Movimento Cada Vida Importa, a universidade na prevenção e enfrentamento a violência no Ceará”, mais de 30 laboratórios, grupos de pesquisa e projetos de extensão (OPPCE, 2018).

³⁴ Nesse processo é relevante indicar o fortalecimento institucional de grupos, como é o caso do COVIO, que vem agregando novos “entrantes”, oriundos de outras formações acadêmicas até o momento não contempladas no presente texto, como é o caso de Raimundo Jovanil Oliveira, com estudos sobre medo e violência (OLIVEIRA, 2016) e guardas municipais (OLIVEIRA, 2020), e Líllian Virgínia Gondim, que atua e estuda nos temas da violência contra o idoso (GONDIM, 2011) e mediação judicial e comunitária no sistema de justiça do Ceará (GONDIM; LANDIM, 2013).

desenvolvido pesquisas sobre violência na escola (SILVA, 2016) e violência psicológica contra população LGTQIA+ no interior (ALBUQUERQUE et al, 2016), perspectivas que interagem no Observatório da Violência no Cariri (URCA, s./d.). Por fim, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em Redenção, pesquisas sobre segurança pública e justiça criminal na região (XAVIER, 2017; VASCONCELOS et al., 2022a) e sobre narcotráfico em países africanos (VASCONCELOS et al., 2022b).

Todas as frentes de pesquisa descritas até o momento têm, em geral, proximidade com a “herança” dos pioneiros no campo de estudos, porém, uma produção que tem impactado o campo hoje é desligada das linhagens até então apresentadas e proveniente de outras áreas de conhecimento. São dois perfis bem distintos: as pesquisas em “economia do crime” e ferramentas estatísticas e de gestão técnico-científica na segurança pública e justiça criminal, advindas da UFC e da Universidade de Fortaleza (Unifor); e os estudos em psicologia social e comunitária na UFC.

O primeiro perfil pode ser sintetizado na produção: José Raimundo de Araújo Carvalho Júnior (UFC), e João José Vasco Peixoto Furtado (Unifor). Carvalho Junior tem desenvolvido reflexões em “economia do crime” desde 2002, com pesquisas sobre violência e desenvolvimento (CARVALHO et al, 2017), violência doméstica (CARVALHO; OLIVEIRA, 2020) e indicadores criminais (CARVALHO et al, 2020). Além disso, assumiu posições relevantes de gestão e consultoria junto ao governo do estado³⁵. João Furtado, por sua vez, dedica-se à elaboração de sistemas de georreferenciamento estatístico e análise de crimes (FURTADO et al, 2009), a exemplo de um *wiki-crime* (FURTADO et al, 2010)³⁶.

³⁵ Diretor-Chefe de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (SSPDS/CE), de 2009 a 2013.

³⁶ Atuou também como Diretor de Tecnologia da Secretaria de Segurança Pública do Ceará (1997-2004) e é cientista-chefe do Tribunal de Justiça e do Ministério Público do Estado do Ceará.

O segundo perfil tem como precursora a pesquisadora Ângela Pinheiro, com estudos sobre delinquência (PINHEIRO; PASQUALI, 1987), exploração sexual infantil (PINHEIRO, 1989) e adolescentes em conflito com a lei (PINHEIRO et al, 2004), e que atualmente coordena o Movimento Cada Vida Importa. Mas, em termos de impacto coletivo na produção acadêmica, destaca-se o *VIESES: Grupo de Pesquisa e Intervenção sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação*, criado em 2015 e ligado ao departamento de Psicologia da UFC, e que tem explorado com maior ênfase o conceito de necropolítica, a perspectiva “decolonial” e a questão do extermínio da juventude negra, incentivando também iniciativas extensionistas³⁷.

Estes dois grupos vêm estabelecendo diferentes relações com o campo de estudos oriundos das Ciências Sociais, Serviço Social e Políticas Públicas no Ceará. O seu impacto no debate público e em instâncias governamentais demonstram, no caso do primeiro grupo, a convergência de pesquisadores no sentido de um papel gerencialista na segurança pública e justiça criminal, e, no caso do segundo, uma radicalização do viés extensionista e das pautas de movimentos sociais, ambos representando um desafio de diálogo interdisciplinar. Uma análise mais detida de sua atuação não é possível no presente momento. Nos dedicaremos, nas páginas seguintes, a uma reflexão de síntese sobre o conjunto das questões elencadas no presente artigo, no sentido de apontar, também, lacunas e desafios do campo de estudos.

Considerações finais

No presente artigo analisamos como os estudos sobre violência, crime, segurança pública e justiça criminal se desenvolveram no Ceará,

³⁷ O principal expoente do grupo é João Paulo Pereira Barros, que tem conduzido, desde 2016, um volume considerável de reflexões e resultados de pesquisa sobre homicídios de jovens em Fortaleza (BARROS et al, 2017), chacinas e facções (BARROS et al, 2019), segurança pública (BARROS, 2019), entre outros temas.

de 1990 a 2022, a partir da centralidade das perspectivas das Ciências Sociais. Pudemos perceber como se constituíram linhagens acadêmicas nas universidades e como o conhecimento nelas produzido correspondeu aos desafios de pesquisa em diferentes contextos. Apesar das tensões e recuos nas relações entre universidades, movimentos sociais e o Estado, as pesquisas serviram como instrumento de incidência na imprensa, no legislativo, nas políticas públicas, sobretudo de formação policial, e, atualmente, em experiências de intervenção social e extensão universitária.

Em três décadas, houve a consolidação de uma produção acadêmica contínua, com projeção nacional e internacional. Um estudo a respeito de quais os métodos, autores e conceitos são mais enfatizados ao longo do tempo mereceria uma análise a parte³⁸. Mas, em termos gerais, apesar das diferenças de perspectiva e objeto, podemos considerar alguns elementos comuns da produção entre as três gerações consideradas: a proximidade teórico-metodológica com a abordagem etnográfica - atenta aos padrões culturais, conteúdos de sentido e intersubjetividade - conciliada com uma sociologia política do conflito e das formas de “fazer o crime”³⁹; uma sociologia das políticas públicas, sobretudo da cultura policial militar, que interrogou o *ethos* guerreiro do *habitus* profissional desta corporação; a presença transversal da questão de gênero e um diálogo constante aos estudos sobre juventude e cidade.

Ocorreram duas transições de ênfase, ao menos momentâneas: a primeira, dos estudos sobre violência no campo e pistolagem para estudos em segurança pública e policiamento; a segunda, dos estudos em organizações da segurança pública para o estudo dos impactos sociais dos “coletivos criminais”, a dinâmica dos mercados ilícitos e as

³⁸ Sem pretensão de exaustividade, seria possível elencar, com certeza, a centralidade de Hannah Arendt, Michel Foucault, George Simmel, Norbert Elias, Pierre Bourdieu e, mais recentemente, Achille Mbembe, entre as referências teóricas internacionais mais utilizadas.

³⁹ Há, nesse sentido, a pretensão de legitimar a área da Antropologia do Crime, liderada por Jânia Aquino que tem, como referência adicional, o trabalho de Simone Simões Ferreira Soares sobre o jogo do bicho (SOARES, 1993).

violências que afetam a população jovem, pobre, negra e periférica. Em meio a estas transições podemos destacar a continuidade da ênfase socioantropológica nos conflitos sociais e nas relações de poder para a análise do crime e da violência, marca principal da produção cearense. Mas há também, mais recentemente, uma possível relativização da tese da *violência difusa*. Não se trata de uma contestação frontal, posto que o caráter “democrático” da violência, do medo e da insegurança permearem a vida urbana, mas de uma ênfase na existência da violência concentrada reiteradamente sobre populações com lugares sociais e raciais bem delimitados.

Houve também, nesse período, um relativo afastamento entre as iniciativas das linhagens pioneiras e o poder público, com diversificação dos atores sociais, políticos e dos centros de pesquisa, na capital e no interior. Surgiram, assim, novas agendas de pesquisa e formas de atuação, próximas ao gerencialismo estatal ou à intervenção junto a movimentos sociais.

Com o presente artigo, esperamos ter construído um quadro de síntese da produção e atuação acadêmica neste campo de estudos que seja relevante para que a própria comunidade acadêmica enxergue os caminhos percorridos e incentive um olhar mais atento à sinergia entre suas redes. Nesse sentido, seguem abaixo três apontamentos finais sobre as agendas de pesquisa e de articulação:

1. A segurança pública foi abordada desigualmente, com poucos estudos sobre polícia civil. Ressalte-se, por exemplo, que apesar das Semanas de Avaliação de Delegacias de Polícia, o primeiro estudo etnográfico sobre uma delegacia foi produzido somente em 2022. O mesmo pode ser dito sobre os sistemas de justiça criminal e penitenciário. Ainda há pouca ênfase nos estudos sobre carreiras judiciais, cultura organizacional e funcionamento do Ministério Público e Defensorias Públicas; sobre fluxo de processos criminais ou ainda sobre a implementação de políticas penais, apesar do aumento do interesse pela última geração. As prisões ocuparam um lugar importante como *locus* de pesquisa (realização de entrevistas) e análises sobre o cotidiano prisional, mas somente a terceira geração vem privilegiando o

estudo da política penitenciária, da expansão do sistema, das políticas para egressos, da situação do encarcerado e da dinâmica das facções. O mesmo ocorre com estudos sobre jovens que cometeram atos infracionais e o sistema socioeducativo, que só ganharam importância recentemente, acompanhando as crises do setor e sua reestruturação com a criação da Superintendência Estadual do Sistema Socioeducativo (SEAS), em 2016. O tema demonstra uma possibilidade de articulação com os estudos do Direito⁴⁰.

2. As pesquisas sobre as realidades interioranas ainda são incipientes, mas há potencial para estudos regionalizados, considerando a localização de cada universidade interiorana e a possibilidade de uma rede de observatórios de violência e da segurança pública que as conecte. No mesmo sentido, o intercâmbio de experiências sobre segurança universitária, a partir do estudo da UECE, poderia servir de norte para discussões que permitam às comunidades universitárias a reflexão sobre formas participativas de diagnóstico, monitoramento e gestão de políticas públicas de segurança. Nesse eixo há possibilidade de incremento de conexões regionais ou interestaduais entre as agendas de centros de pesquisa no Nordeste, considerando, especialmente, o estudo das conexões presentes nas fronteiras - no trânsito de pessoas e mercadorias ilícitas -, das dinâmicas do “novo cangaço” e das discussões sobre segurança municipal em cidades de médio porte; ao mesmo tempo, a perspectiva permitiria retomar a questão da violência no campo, incluindo a situação de indígenas e quilombolas. Além disso, universidades como a Unilab permitem ampliar questões de pesquisa também no sentido da internacionalização de mercadorias ilícitas na

⁴⁰ Os quatro primeiros pontos expressam, também, desconexões entre pesquisadores das Ciências Sociais e do Direito no Ceará, que vêm sendo superadas através de um eixo interdisciplinar de pesquisas empíricas entre Direito, Ciências Sociais e Educação, constatado, por exemplo, nas relações com o Núcleo de Estudos Aplicados Direito, Infância e Justiça (NUDIJUS) vinculado à Faculdade de Direito da UFC, no qual se insere o Grupo de Estudos e Pesquisas de Medidas Socioeducativas, e do CAJU – Assessoria Jurídica Universitária Popular, grupo de extensão, também da UFC, que atua nos temas direito à cidade, direitos LBTQIA+ e direito da mulher, entre outros temas (Cf. UFC, s/d).

chamada “conexão lusófona”, entre América Latina, Brasil, países africanos e Europa; além de possibilitar intercâmbios e paralelos entre a relevante produção sobre violência, juventude e segurança pública na cidade de Praia, em Cabo Verde, e a cidade de Fortaleza.

3. Em termos de linhas de ação, as novas iniciativas de extensão encontram um vasto campo de interlocução nas escolas, bem como a oportunidade de ampliar ações no eixo “violência e futebol”, tendo em vista a criminalização das torcidas e a inserção de pautas de combate à homofobia, ao racismo e à violência contra a mulher. Já em relação ao poder público, a distância do gerenciamento de políticas públicas talvez leve a perda de espaços de consultoria/assessoria (que sempre são, também, espaços de pesquisa), promovendo uma lacuna na formação de *expertise* própria em gestão que sirva de contraponto à “importação de consultorias” externas⁴¹. Nesse sentido, uma análise e monitoramento crítico do Programa Ceará Pacífico em articulação com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública poderia abrir caminhos de interlocução; o papel de policiais como pesquisadores na universidade é também um tema a ser mais bem mapeado e qualificado como forma de não consolidar um *gap* entre centros de pesquisa e setores do Estado.

Referências

ABREU, Domingos Sávio. *No bico da cegonha*. Histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

ALBUQUERQUE, Grayce et al. Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. *Saúde em Debate*, 2016.

ALMEIDA, Rosemary O. *Mulheres que matam: Universo Imaginário do Crime no Feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001.

⁴¹ A exemplo do governo Tasso e, recentemente, na campanha de Capitão Wagner em 2022, da proposta de consultoria com o FBI.

ALMEIDA, Rosemary O; XAVIER, Natália P. Juventude e Segurança: a política de pacificação. *O Público e o Privado*, v. 4, p. 125-140, 2004.

CESEC – Centro de Estudos em Segurança e Cidadania. *II Semana de Visitas à Delegacias de Polícia*. 2017 Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/projeto/ii-semana-de-visitais-a-delegacias-de-policia/>. Acesso em: 20.06.2023.

AQUINO, Jânia. P. D. *Príncipes e Castelos de Areia*: um estudo da performance nos grandes roubos. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2010.

AQUINO, Jânia. P. D. Violência e Performance no chamado “Novo Cangaço”: cidades “sitiadas”, ataques à Polícia e uso de explosivos em assaltos contra bancos no Brasil. *Dilemas*, v. 13, n. 3, 2020.

ARAÚJO, Letícia S. Entre holofotes e fracassos. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 13, pp. 76-94, 2019.

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder*: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, (1987) 1992.

BARREIRA, César. *Crimes por encomenda*: a pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro; Relumé Dumará, 1998. Coleção Antropologia da Política.

BARREIRA, César. *Cotidiano despedaçado*: cenas de uma violência difusa. Fortaleza, CE: UFC/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes, 2008.

BARREIRA, César. *Violência e Conflitos Sociais*: Trajetórias de Pesquisa. Campinas: Pontes Editores, 2010.

BARREIRA, César. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 1, p. 219-242, 2013.

BARREIRA, César. (Org.). *Ligado na galera*: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília: Edições UNESCO, 1999.

BARREIRA, César et al (Org.). *À espera de justiça*: assassinato de crianças e adolescentes na Grande Fortaleza. 1. ed. Fortaleza: Expressões, 1999.

BARREIRA, César (Org.). *Questão de Segurança*: políticas governamentais e práticas policiais. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2004.

BARREIRA, César; AQUINO, J. P. D.; SÁ, L. D. *Violência e Dilemas Civilizatórios: as práticas de punição e extermínio*. São Paulo: Editora Pontes, 2012.

BARREIRA, César; AQUINO, J. P. D.; SÁ, L. D. *Violência, Ilegalismos e Lugares Morais*. Campinas: Pontes, 2014.

BARREIRA, César; RUSSO, M.; PAIVA, L. F. S. *Violência como campo de pesquisa e orientação*. Campinas: Pontes, 2014.

BARREIRA, César; SÁ, L. D.; AQUINO, J. P. D. de (Orgs.). *Violência e Dilemas Civilizatórios: as práticas de punição e extermínio*. v. 1. Campinas, SP: Pontes Editora, 2011.

BARBOSA, Wendell. “Enrolar”, “se enrolar” e “desenrolar”: punições e accounts nas relações de polícia e população. *Dilemas*, v. 10, p. 215-239, 2017.

BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, L. F. S. Eles nascem para morrer?: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens na cidade de Fortaleza. *Revista de Psicologia da UFC*, v. 8, p. 34-43, 2017.

BATISTA, José Élcio. *Lutas Políticas e Poder Familiar: pactos, conflitos e violência*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFC, 2002.

BEZERRA, Leila; ESMERALDO, T. Violência e Segurança Pública: uma interpretação sobre os olhares da sociedade civil. *O Público e o Privado*, v. 04, p. 47-72, 2004.

BEZERRA, Leila; CARVALHO, Alba. Medo e insegurança nas margens urbanas: uma interpretação do “viver acuado” em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. *O Público e o Privado*, v. 13, n. 26, p. 233, 2015.

BRASIL, Glauécia Mota. A segurança pública e os direitos humanos no Governo das Mudanças. *O Público e o Privado*, Fortaleza-Ce, v. 1, p. 197-220, 2003a.

BRASIL, Glauécia Mota. Crises na segurança pública: mudanças e permanências. *Políticas Públicas e Sociedade*, Fortaleza-CE, v. 1, n.6, p. 89-106, 2003b.

BRASIL, Glauécia Mota; ABREU, D. S. Uma experiência de integração das polícias civil e militar: os Distritos-Modelo em Fortaleza. *Sociologias* (UFRGS. Impresso), ano 4, n. 8, p. 318-355, 2002.

CAMPOS, Marcelo; ALVAREZ, Marcos C. Políticas Públicas de Segurança, Violência e Punição no Brasil (2000-2016). In: MICELI, Sérgio; MARTINS, Carlos B. *Sociologia brasileira hoje*. Cotia, SP: Ateliê, 2017.

CARVALHO, José R. et al. Violence and Local Development in Fortaleza, Brazil: A Spatial Regression Analysis. *Applied Spatial Analysis and Policy*, v. 10, p. 1-20, 2017.

CARVALHO, José R.; OLIVEIRA, V. H. Por que economistas devem estudar violência doméstica?. In: ÁVILA, T. P. et al (Org.). *Reflexões sobre políticas de prevenção à violência de gênero contra mulheres e meninas: debates no Brasil e na Austrália*. Brasília: ONU Mulheres/ MPDFT, 2020.

CARVALHO, Robson. *Cotidiano Encarcerado: o tempo como pena e o trabalho como "prêmio"*. Santa Catarina: Conceito, 2011

CAVALCANTE, Ricardo M. B. *Vidas Breves: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza*. Dissertação de Mestrado em Sociologia– UECE, 2011.

CAVALCANTE, Ricardo M. B. O Estado que caça: defesa social e política no Brasil. *Revista Reflexões*, v. 5, p. 176-196, 2016.

CDVHS - Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa. *Apresentação*, s./d. Disponível em <https://cdvhs.org.br/>. Acesso em: 20.06.2023.

CÉSAR Barreira é exonerado da Aesp. *Diário do Nordeste*. 07 de agosto de 2012. <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/cesar-barreira-e-exonerado-da-asp-1.570615>. Acesso em: 20.06.2023.

COELHO, Mônica. *Polícia e comunidade: um estudo das relações sociais em uma delegacia do interior do estado do Ceará*. Mestrado em Sociologia– UFC, 2020.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. A acadêmica que transpõe barreiras intelectuais e morais. *Revista Entrevista*, Fortaleza, n. 16, p. 88-115, set. 2005.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop*. São Paulo: Annablume, 2008.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos et al. *Eles dizem não ao não: Um estudo sobre a geração*. Fortaleza: Instituto Dragão do Mar, 2019.

DUARTE, Anderson. Robocop: uma crítica ao empresariamento da segurança pública nas sociedades de controle. *O Público e o Privado*, v. 14, n. 28, p. 211-222, 2016.

ENXAME. Projeto Enxame – Arte, Hip Hop e Educação. 2013. Disponível em <http://projetoenxame.blogspot.com/>. Acesso em: 20.06.2023.

FACHINETTO, Rochele et al. As linhagens de descendência acadêmica dos pesquisadores “pioneiros” nos estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil (1970-2018). BIB, fev. 2020.

FERREIRA, Diocleide. O assassinato do índio Pataxó Galdino: brincadeira que virou tragédia. In: BARREIRA, I.; VIEIRA, S. (Org.). *Cultura e Política*. Edições UFC, 1998.

FREITAS, Geovani Jacó de. *Ecos da Violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

FREITAS, Geovani Jacó de et al. *Cartografia da Criminalidade e da Violência na Cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Ed.Uece, 2010.

FREITAS, Geovani Jacó de; BRASIL, Glauécia Mota; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. Morte em fronteiras: jovens matáveis nos celeiros da política e da cidade. *Configurações* (Porto), v. 10, 2013.

FREITAS, Geovani Jacó de et al (org.). *Plano de segurança da UECE: diretrizes e ações*. Fortaleza: EdUECE, 2019.

FUNDO BRASIL. Projeto Comitê Cearense Pela Desmilitarização da Polícia e da Política. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/comite-cearense-pela-desmilitarizacao-da-policia-e-da-politica/>. Acesso em: 20.06.2023.

FURTADO, Vasco et al. A bio-inspired crime simulation model. *Decision Support Systems*, 2009.

FURTADO, Vasco et al. Collective intelligence in law enforcement The WikiCrimes system. *Information Sciences*, v. 180, p. 4-17, 2010.

GOVERNO do Ceará lança o “Pacto por um Ceará Pacífico”. G1 – Portal de Notícias Globo.. 07 de agosto de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/08/governo-do-ceara-lanca-o-pacto-por-um-ceara-pacifico.html>. Acesso em: 20.06.2023.

GONDIM, Lillian; LANDIM, F. Mediação comunitária do Ministério Público do Estado do Ceará: uma experiência em virtude da paz. *Revista Acadêmica da ESMP-CE*, 2013.

GONDIM, Lillian. Violência Intrafamiliar Contra o Idoso: Uma Preocupação Social. *Revista Acadêmica da ESMP-CE*, v. III, p. 10-21, 2011.

LABVIDA – Laboratório de Estudo e Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Ética, da UECE. Linhas de pesquisa. Disponível em: <http://www.uece.br/cesa/labvida/sobre-o-labvida/sobre-o-labvida-conheca-o-labvida-objetivos/linhas-de-pesquisa/>. Acesso em: 20.06.2023.

LAJUS – Laboratório das Artes e das Juventudes – UFC, s./d. Disponível em: <https://www.lajusufc.org/>. Acesso em: 20.06.2023.

LEITE, Ingrid L. S.; BEZERRA, Leila P. Inquietações e problematizações sobre o sistema socioeducativo cearense. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 9, n. 22, p. 269, 2019.

LIMA, Celina A G. R. *As Contravenções e o Cotidiano dos Presídios*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFC, 2003.

LIMA, Renato Sérgio. *Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011.

LIMA, Renato Sérgio; RATTON, J. L. *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Urbana; Anpocs, 2011.

LINS, Ana L. C.; SILVA, I. M. D. A produção dos discursos sobre a “chacina do Benfica” e a criminalização das torcidas organizadas em Fortaleza/CE. *Aurora (Unesp Marília)*, v. 11, 2018.

LINS, Ana L. C. *Entre pactos, projetos e programas: as dinâmicas de governo no campo da segurança pública no Ceará*. Dissertação de mestrado em Sociologia– UFC, 2020.

MACIEL, Wellington R. N. Espaço público e gestão da segurança urbana. *Civitas*, v. 21, n. 3. 2021.

MARINHO, Camila Holanda. Dores da periferia: mapas afetivos e vozes que recusam silenciamentos femininos. *Conhecer – Debate entre o público e o privado*, v. 11, n. 27, 2021

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de. *Violência, medo e cidadania: experiências urbanas em Fortaleza*. Dissertação de mestrado em Sociologia – UFC, 2008.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de. *Violência e Família: ressonâncias sociais da criminalidade no Brasil*. Tese de doutorado em Sociologia – USP, 2016.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de; SANTIAGO NETO, J. P. Os muros da cidade: domínios territoriais, alianças e segurança em Fortaleza, Ceará. *Fotocronografias*, v. 05, p. 81-90, 2019.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de; SANTIAGO NETO, J. P. Formas de articulação coletiva para o crime e sua expansão: sujeitos, experiências e desafios à democracia brasileira. *O Público e o Privado*, v. 18, p. 239-258, 2020.

MATTOS, Geísa. O luxo da Aldeia. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 21, p. 28-40, 2022.

MELÃO, Danúbia P. G. *Programa RENAESP: Rede Nacional de Altos Estudos em segurança pública: um estudo exploratório*. (Monografia) Universidade de Brasília, 2009.

NASCIMENTO, Francisco E. M.; SIQUEIRA, Italo B. L. Dinâmicas “Faccionais” e Políticas Estatais Entre o Dentro e o Fora das Prisões do Ceará. *Revista Tomo*, n. 40, 2022.

NASCIMENTO, Francisco E. M. Por bem menos se interdita um zoológico: apontamentos da condição histórica das prisões cearenses que culminou na crise penitenciária. *Aracê: Direitos Humanos em Revista*, v. 4, n.5, 2017.

NASCIMENTO, Francisco E. M. Agrupamentos de travestis e transexuais encarceradas no Ceará, Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, 2020.

NUAP – Núcleo de Antropologia da Política. Coleção Antropolítica. 2020. Disponível em: <http://nuap.etc.br/category/colecao-antropologia-da-politica/>. Acesso em: 20.06.2023.

OLIVEIRA, Raimundo Jovanil. *Do medo da violência a violência do medo: uma reflexão sobre os impactos sócio-político-espaciais da violência em Fortaleza*. Dissertação de mestrado em Sociologia– UECE, 2016.

OBSEG – Rede de Observatórios da Segurança. Ceará: Fórum Popular reivindica participação nas políticas de segurança. 23 de novembro de 2019. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/ceara-forum-popular-reivindica-participacao-nas-politicas-de-seguranca/>. Acesso em: 20.06.2023.

OPPCE – Observatório de Políticas Públicas do Ceará, da UFC. Movimento Cada Vida Importa, 28 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://oppce.ufc.br/pt/movimento-cada-vida-importa/>. Acesso em: 20.06.2023.

OSTERNE, Maria; MESQUITA, Paula. Prefácio à 2ª edição. In: OSTERNE, Maria (Org.). *Violência nas relações de gênero e cidadania feminina*. Fortaleza: Edmeta, 2020.

PAIVA, Luiz Fábio S. *Contingências da violência em um território estigmatizado*. Campinas: Pontes, 2014.

PAIVA, Luiz Fábio S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. *Cadernos CRH* (Online), v. 32, p. 165-184, 2019.

PAIVA, Luiz Fábio; BARROS, João Paulo Pereira; CAVALCANTE, Ricardo M. B. Violência no Ceará: as chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. *O Público e o Privado*, v. 17, n. 33, 2019.

PAIVA, Luiz Fábio S. et al. *Traficando Saberes: a trajetória de um projeto de apoio à luta por educação e direitos humanos*. XXIX Encontro de Extensão - UFC, 2019.

PIMENTA, Rosângela. Juventude e campo social da violência. In: BARREIRA, C. (Org.). *Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza*. Brasília: Edições UNESCO, p. 119-153, 1999.

PIMENTA, Rosângela. Violência: o futebol na contramão?. In: SANTOS et al (Org.). *Crise Social e Multiculturalismo: estudos de sociologia para o século XXI*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

PINHEIRO, Ângela A. A.; AL, L. P. E. Delinquência: Etiologia. Desenvolvimento de um modelo explicativo. *Psicologia. Teoria e Pesquisa*, Brasília, 1987.

PINHEIRO, Ângela A. A.; AL, C. M. A. S. E. Prostituição Infantil: Considerações Teóricas e Observações sobre a Realidade de Fortaleza. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, 1989.

PINHEIRO, Ângela A. A. et al. Adolescentes em Conflito com a Lei. In: VASCONCELOS, Maria (Org.). *Diversidade Cultural e Desigualdade*. Fortaleza: Ed. UFC, 2004.

PINHEIRO, Antônio S. A Polícia Corrupta e Violenta: os dilemas civilizatórios nas práticas policiais. *Sociedade e Estado*, v. 28, p. 326-349, 2013.

PINHEIRO, Antônio S. *Polícia Comunitária e Cidadã*. Crato-CE: RDS, 2014.

RAMOS, Silvia. *O campo de estudos e ação sobre violência, segurança e justiça: constituição, relacionamento com outras áreas e perspectivas*. Tese de Doutorado. Fiocruz, 2007.

RODRIGUES, Hosana; SÁ, Leonardo. Coração de mãe é terra que ninguém anda: um estudo das redes, 'tramas' e conflitos de mães em luto nas favelas à beira-mar. *RBSE. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* (Online), v. 14, p. 37-45, 2015.

SÁ, Leonardo. *Os filhos do Estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. v. 1. 142p

SÁ, Leonardo. *Guerra, mundo e consideração: uma etnografia da socialidade armada em Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária, v. 1. 249p., 2021.

SANTOS, Antônio. *Formação superior para os agentes de Segurança Pública do Estado do Ceará: implicações e possibilidades*. TCC (Monografia). Especialização em Cidadania, Direitos Humanos, e Segurança Pública - UFC, Fortaleza (CE), 2008.

SILVA, Adriana M. S. *A violência no espaço escolar: uma análise da percepção de professores*. Olinda: Livro rápido, 2016.

SILVA, Antônio M. *A Inversão da ordem na vida policial: sociabilidade prisional e práticas ilegais no fazer policial militar*. Tese de Doutorado em Sociologia – UFC, 2015.

SOARES, Simone Simões F. *O jogo do bicho - a saga de um fato social brasileiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

SOUSA, Emanuel. *Ronda do Quarteirão: um "acontecimento" na política de segurança?* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UECE, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, n. 16, p. 20–45, jul. 2006.

UFC - Universidade Federal do Ceará. Programa – CAJU – Assessoria Jurídica Universitária Popular, s./d. Disponível em: <https://acoeseextensionistas.ufc.br/pt/campus-do-benfica/direitos-humanos-e-justica/programa-caju-assessoria-juridica-universitaria-popular/>. Acesso em: 20.06.2023.

URCA - Universidade Regional do Cariri. Observatório da Violência no Cariri, s./d. Disponível em: <http://www.urca.br/observatorio/apresentacao/>. Acesso em: 20.06.2023.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. *Esboço de uma sociologia política das ciências sociais contemporâneas (1968-2010): a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil*. Tese em Sociologia, FFLCH-USP, 2014.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. As ciências sociais brasileiras e a formação do -campo da segurança pública. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 5, p. 33-58, 2017.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha; AQUINO, Leonardo. Entrevista com Cláudio Justa. *Blog Escrivaninha*. 2018. Disponível em: <https://escrivaninha.blog/2020/08/11/o-estado-nao-e-um-agente-humanizador-o-estado-e-mantenedor-dessa-condicao-de-privilegio-afirma-novo-presidente-do-copen/> . Acesso em: 20.06.2023.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha; SILVA, Antônio Micael Pontes; LOPES, Julimar Trajano. Desafios para a segurança pública no Maciço de Baturité? Ceará: mortalidade violenta e insegurança no “Território Unilab”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 16, p. 290-313, 2022a.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha; SILVA, Wanderson Lucas Silva; CORREIA, Nélsio Gomes; GOMES, Natchidjubutche. Guiné-Bissau, um “Narco-Estado”? : questionamentos ao conceito. *Revista Tensões Mundiais*, v. 18, p. 243-270, 2022b.

XAVIER, Antônio Roberto. A Segurança Pública no Ceará no “Governo das Mudanças”: agenda política, fatos, feitos e promessas. *Revista Levs - Revista Virtual do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança*, p. 1-18, 2016.

XAVIER, Antônio Roberto. Políticas públicas de combate ao crime organizado: ações da Polícia Militar do Ceará nas divisas do estado. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 48, 2017.

ZARANZA, Janaína Sampaio. *Amores Exilados: vivências de amor e relacionamento familiar entre mulheres e homens em detenção*. Dissertação em Sociologia, UFC, 2004.

Resumo:

O presente estudo analisa a história da produção das ciências sociais do estado do Ceará sobre os temas da violência, da segurança pública e da justiça criminal, dos anos 1980 a 2022 atualidade. Com base em pesquisa bibliográfica em currículos, periódicos e bancos de teses e dissertações, o artigo reconstitui as iniciativas fundantes desse campo de estudos e sua continuidade por três gerações de pesquisadores. Analisam-se temas, conceitos e metodologias dos estudos e as perspectivas norteadoras dos programas de pesquisa, dos diálogos interdisciplinares e das intervenções políticas dos grupos cearenses, apontando continuidades, lacunas e novos caminhos.

Palavras-chave:

sociologia da violência; segurança pública; justiça criminal; Ceará.

Abstract:

The present study analyzes the history of the production of social sciences in the state of Ceará on the themes of violence, public security and criminal justice, from the 1980s to 2022. Based on bibliographic research in curricula, periodicals and banks of theses and dissertations, the article reconstructs the founding initiatives of this field of study and its continuity for three generations of researchers. Themes, concepts and methodologies of the studies and the guiding perspectives of research programs, interdisciplinary dialogues and political interventions of groups from Ceará are analyzed, pointing out continuities, gaps and new paths.

Keywords:

sociology of violence; public security; criminal justice; Ceará.

Recebido para publicação em 03/01/2023

Aceito em 21/05/2023



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

